

Legislação do Sector da Habitação Social  
(HABÉVORA – Gestão Habitacional, E.E.M.)

**A. REALOJAMENTO**

**Decreto Lei 220/83, de 26 de Maio** – Estabelece condições especiais de acesso ao crédito por parte dos municípios e outras pessoas colectivas para promoção de habitação com as alterações introduzidas pelo **Decreto-lei 109/97 de 8 Maio e do Decreto-Lei 299/95 de 18 Novembro**

**Decreto Lei 110/85, de 17 de Abril** – Regula os empréstimos a conceder pelo Instituto Nacional de Habitação a municípios e suas associações e a empresas municipais ou intermunicipais para o financiamento da construção ou da aquisição, no âmbito de programas de reabilitação urbana ou de contratos de desenvolvimento para habitação, de habitações destinadas a arrendamento

**Decreto Lei 278/88, de 5 de Agosto** – Regime de financiamento e aquisição de habitações sociais em operações de realojamento

**Decreto Lei 150-A/91, de 22 de Abril** – Alarga o conjunto das entidades que podem conceder financiamentos para projectos habitacionais. Altera o Decreto-Lei 278/88, de 5 de Agosto.

**Decreto Lei 163/93, de 7 de Maio** – Plano Especial de Realojamento (PER), Lisboa e Porto com as alterações introduzidas pelos **Decreto-Lei 93/95 de 9 Maio; Lei 34/96 de 29 Agosto; Decreto-Lei 1/2001 de 4 Janeiro; Decreto-Lei 271/2003 de 28 Outubro; Decreto Lei 135/2004 de 3 Junho.**

**Decreto Lei 156/97, de 24 de Junho** – Estabelece medidas especiais no âmbito do Decreto-Lei n.º 163/93, de 7 de Maio, e dos programas de habitação a custos controlados destinados ao arrendamento para alteração aos planos municipais de ordenamento do território e alvarás de loteamento urbano.



**Decreto Lei 135/2004, de 3 de Junho** – Cria o PROHABITA, Programa de Financiamento para o acesso à habitação

**Decreto Lei 54/2007, de 12 de Março** - Primeira alteração ao Decreto Lei 135/2004 de 3 de Junho, que aprova o PROHABITA - Programa de Financiamento para Acesso à Habitação e regula a concessão de financiamento para resolução de situações de grave carência habitacional de agregados familiares residentes no território nacional



## B. PROGRAMAS DE RECUPERAÇÃO

**Decreto Lei 105/96, de 31 de Julho** – Cria o programa REHABITA com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei n.º 329-B/2000, de 22 de Dezembro

**Decreto Lei 106/96, de 31 de Julho** – Cria o programa RECRIPH;

**Decreto-Lei 329-C/2000 de 22 Dezembro** - Altera o Regime Especial de Participação na Recuperação de Imóveis Arrendados (RECRIA). Revoga o **Decreto Lei 197/92, de 22 de Setembro**.

**Decreto Lei 56-A/2001, de 29 de Janeiro** – Fixa o regime de cálculo de participação a fundo perdido a atribuir no âmbito do Programa RECRIA

**Decreto Lei 39/2001, de 9 de Fevereiro** – Altera o programa SOLARH, aprovado pelo Decreto Lei 7/99, de 8 de Janeiro;

**Decreto Lei 25/2002, de 11 de Fevereiro** – Altera o programa SOLARH.



### C. ARRENDAMENTO

Portaria 288/83, de 17 de Março – Fixa os critérios para determinação das rendas técnicas das habitações arrendadas pelo Estado;

Decreto Lei 167/93, de 7 de Maio - Estabelece o regime de propriedade resolúvel sobre prédios urbanos ou suas fracções autónomas

Decreto Lei 166/93, de 7 de Maio – Estabelece o regime de Renda Apoiada;

Decreto Lei 329-A/2000, de 22 de Dezembro – Estabelece o regime de Renda Condicionada;

Lei 6/2006 de 27 Fevereiro – Aprova o Novo Regime de Arrendamento Urbano (NRAU)

Decreto-Lei n.º 156/2006, de 8 de Agosto - Aprova o regime de determinação e verificação do coeficiente de conservação.

Decreto-Lei n.º 157/2006, de 8 de Agosto - Aprova o regime jurídico das obras em prédios arrendados.

Decreto-Lei n.º 158/2006, de 8 de Agosto - Aprova os regimes de determinação do rendimento anual bruto corrigido e a atribuição do subsídio de renda.

Decreto-Lei n.º 159/2006, de 8 de Agosto - Aprova a definição do conceito fiscal de prédio devoluto.

Decreto-Lei n.º 160/2006, de 8 de Agosto - Aprova os elementos do contrato de arrendamento e os requisitos a que obedece a sua celebração.

Decreto-Lei n.º 161/2006, de 8 de Agosto - Aprova e regula as comissões arbitrais municipais.

Portaria n.º 1192-A/2006, de 3 de Novembro - Aprova o modelo único simplificado através do qual senhorios e arrendatários dirigem pedidos e comunicações a diversas entidades, no âmbito da Lei n.º 6/2006, de 27 de Fevereiro.

**Portaria n.º 1192-B/2006, de 3 de Novembro** - Aprova a ficha de avaliação para a determinação do nível de conservação de imóveis locados, nos termos do n.º 2 do artigo 33.º da Lei n.º 6/2006, de 27 de Fevereiro, que aprovou o Novo Regime do Arrendamento Urbano, regula os critérios de avaliação, as regras necessárias a essa determinação e estabelece a remuneração dos técnicos competentes e dos árbitros das comissões arbitrais municipais, ao abrigo dos Decretos-Leis n.º 156/2006, 157/2006 e 161/2006, todos de 8 de Agosto.

**Decreto-Lei n.º 308/2007, de 3 de Setembro** - Cria o programa Porta 65 - Arrendamento por Jovens, instrumento de apoio financeiro ao arrendamento por jovens, e revoga o Decreto-Lei n.º 162/92, de 5 de Agosto.

**Portaria n.º 1515-A/2007, de 30 de Novembro** - Regulamenta o Decreto-Lei n.º 308/2007, de 3 de Setembro, que cria o programa de apoio financeiro Porta 65 - Arrendamento por Jovens.

**Portaria n.º 249-A/2008, de 28 de Março** - Primeira alteração à Portaria n.º 1515-A/2007, de 30 de Novembro, que regulamenta o Decreto-Lei n.º 308/2007, de 3 de Setembro, que cria o programa de apoio financeiro Porta 65.

**Decreto-Lei n.º 61-A/2008, de 28 de Março** - Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 308/2007, de 3 de Setembro, que cria o programa de apoio financeiro Porta 65 - Arrendamento por Jovens.

**Portaria n.º 248/2008 de 27 Março** - Fixa as tabelas de subsídio de renda de casa para vigorarem no ano civil de 2008, bem como as rendas limite para vigorarem no mesmo período

**Aviso n.º 23786/2008 de 23 Setembro** – Estabelece o coeficiente de actualização dos diversos tipos de arrendamento para o ano de 2009.

**Portaria n.º 1240-A/2008 de 31 de Outubro** - Estabelece os factores de correcção extraordinária das rendas a que se refere o artigo 11.º da Lei n.º 46/85, de 20 de Setembro, a vigorar no ano de 2009.

**Portaria 1240/2008 de 31 de Outubro** - Fixa, para vigorar em 2009, o preço de construção da habitação por metro quadrado, consoante as zonas do País, para efeitos de cálculo da renda condicionada



#### D. APOIOS FINANCEIROS

**Decreto Lei 165/93, de 7 de Maio** – Concessão de apoios financeiros a empresas privadas para Contratos de Desenvolvimento para Habitação (CDH) alterado pelo **Decreto-Lei 109/97 de 8 Maio**.

**Portaria 371/97, de 6 de Junho** – Financiamento de equipamentos sociais afectos a habitação a custos controlados alterado pelo **Decreto-Lei n.º 696/2006 de 10 Julho** e **Decreto – Lei n.º 982/2006 de 16 Março**.

**Decreto Lei 145/97, de 11 de Junho** – Concessão de apoios financeiros a cooperativas de habitação para construção a custos controlados;

**Decreto Lei 349/98, de 11 de Novembro** – Regime jurídico à concessão de crédito para aquisição de habitação própria permanente com as alterações introduzidas pelos **Decreto Lei 137-B/99, de 22 de Abril**; **Decreto Lei 1-A/2000, de 22 de Janeiro**; **Decreto Lei 320/2000, de 15 de Dezembro** (republica na integra o diploma); **Decreto Lei 231/2002 de 4 Novembro**; **Decreto Lei 305/2003 de 9 Dezembro**; **Lei 60-A/2005 de 30 Dezembro** e **Decreto Lei 107/2007 de 10 Abril**.



## E. ALIENAÇÃO

**Decreto Lei 797/76, de 6 de Novembro** – Cria os Serviços Municipais de Habitação com alterações introduzidas pela **Lei 84/77 de 9 Dezembro**.

**Decreto Lei 141/88, de 22 de Abril** – Alienação de fogos de habitação social com as alterações introduzidas pelos **Decreto Lei 288/93, de 20 de Agosto; Decreto Lei 172/90 de 30 Maio; Decreto Lei 342/90 de 30 Outubro e Lei 116/2008 de 4 Julho**.

**Decreto Lei 310/88, de 5 de Setembro** – Alienação de fogos construídos pelos municípios, ao abrigo do **Decreto Lei 34.486, de 6 de Abril de 1945**;

**Decreto Lei 162/93, de 7 de Maio** – Regime de intransmissibilidade de fogos construídos com apoios financeiros do Estado com alterações introduzidas pelo **Decreto-Lei 145/97 de 11 Julho**.

**Portaria 1529-A/2008 de 26 Dezembro** - Fixa, para vigorar em 2008, o preço da habitação por metro quadrado de área útil (Pc) a que se refere a alínea c) do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 141/88, de 22 de Abril.

**Portaria 683/2008, de 28 de Julho** – Fixa, para o ano de 2008, os preços máximos de aquisição das habitações